

Por Alexandre Sammogini

A Comissão Técnica Nacional (CTN) de Sustentabilidade da Abrapp lançou o Guia de Seleção e Monitoramento de Gestor Terceirizado com Critérios ASG nesta quarta (4) no 38º Congresso Brasileiro da Previdência Complementar Fechada. Luiz Paulo Brasizza, Diretor Vice-Presidente da Abrapp e responsável pela CTN de Sustentabilidade, ressalta que o guia ASG (Ambiental, Social e Governança) representa o pontapé inicial de outros trabalhos da CTN da Abrapp.

“Estamos preparando uma série de guias e manuais que vamos levar ao mercado. Estes produtos não têm a intenção de produzir nenhum choque na gestão de recursos. A ideia é incorporar os conhecimentos e práticas aos poucos”, diz Brasizza. Com a consultoria técnica da Sitawi, o novo Guia traz modelos de questionários e filtros negativos e positivos para monitorar o trabalho dos gestores externos.

A Coordenadora da CTN de Sustentabilidade da Abrapp, Raquel Castelpoggi, explica que o Guia auxilia as entidades a cumprir seu dever fiduciário e a exigir dos gestores externos a observância de critérios ASG na gestão. A dirigente lembra que existe decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), do Ministro Herman Benjamin, que responsabiliza o financiador de projetos como corresponsável por problemas ambientais.

**Composição** – O Guia é dividido em 2 partes principais. A primeira percorre as etapas típicas de seleção e monitoramento de gestores e sugere onde e como os critérios ASG podem ser inseridos. “Algumas entidades podem colocar alguns critérios eliminatórios, enquanto outras podem preferir apenas critérios classificatórios, ou uma combinação de ambos”, explica Gustavo Pimentel, Sócio-Consultor da Sitawi.

A segunda parte é formada por questionários que podem servir como roteiro de avaliação e due diligence dos gestores. Há um questionário geral e outros cinco mais específicos, direcionados por classes de ativos. O trabalho da consultoria procurou ainda adaptar os princípios ASG, adotados internacionalmente, para a realidade do mercado brasileiro.

“Customizamos as etapas do guia e os questionários para a realidade brasileira, buscando deixá-los curtos e práticos. Para cada critério, apontamos qual a pergunta equivalente no questionário de avaliação do PRI, que já é respondido pelos signatários da iniciativa: assim evitamos retrabalho para alguns gestores”, diz Pimentel, em referência aos critérios recomendados pelo Principles for Responsible Investment (PRI).

**Fonte:** Acontece, em 04.10.2017.